



O Brasil e sua Estratégia

Carlos de Meira Mattos*

Palestra proferida pelo autor, no Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra, no dia 20 de julho de 2000.

CONCEITOS DOCTRINÁRIOS

O primeiro livro de Estratégia de que se tem notícia é de autoria do General chinês Sun Tzu, escrito por volta do ano 500 a.C. e só divulgado, no Ocidente, após a sua tradução pelo Padre francês Amiot, no ano de 1724 ou 1727.

No Ocidente, a obra sobre Estratégia de maior divulgação e estudo foi o livro do General prussiano Clausewitz, *Da Guerra*, editado por sua esposa após a sua morte, em 1831. O livro de Clausewitz, desde sua divulgação até hoje, é utilizado pelos estudiosos como verdadeiro manual de Estratégia Militar.

Seria ocioso repetir que os princípios da Estratégia Militar, principalmente após a Primeira Grande Guerra (1914-18), foram apropriados pela sociedade civil e aplicados em suas múltiplas atividades públicas e empresariais. Por isso se justifica estudá-los nos meios civis, tanto quanto no âmbito castrense.

Os princípios e a prática da Estratégia nasceram da necessidade dos primeiros generais da antigüidade que, antes de travarem armas com o inimigo, eram obrigados, intuitivamente, a fazer uma avaliação da força presumível do inimigo, do objetivo a conquistar e de sua própria força. Dessa necessidade intuitiva, que tiveram, por exemplo, Hamurabi, general e rei da Babilônia, Alexan-

dre, general greco-macedônio, grande conquistador de territórios e de reinos, Ciro, imperador e general da Pérsia, surgiu o que depois foi racionalizado, metodizado e chamado de planejamento estratégico.

Feita a avaliação, tratou-se, para esses generais da antigüidade, de decidir como conduzir a batalha: se fossem mais fortes, sua opção natural seria pelo emprego da massa sobre o centro das forças adversárias; se fossem mais fracos, procurariam uma tática de engodo (uma ação enganosa, fugidia, de ganhar tempo, de investidas de surpresa nos flancos e nos pontos vulneráveis do adversário). Encontramos aí as origens remotas das hoje estudadas Formas de Ação Estratégica: a Estratégia de

* General-de-Divisão.

Ação Direta e a Estratégia de Ação Indireta.

A Manobra Estratégica de Ação Direta, preconizada pelo prussiano Clausewitz, defende, como melhor forma, concentrar a maioria de suas forças numa ação de choque fulminante contra o centro das forças inimigas, a fim de destruí-las. A Manobra de Ação Indireta, ensinada por Sun Tzu, que teve como seus seguidores contemporâneos o chinês Mao Tze Tung e o inglês Lidell Hart, indica que, segundo o original de Sun Tzu, *na paz como na guerra, a melhor Estratégia é conquistar o país ou as forças inimigas intactas, e não destruí-las; a batalha deve ser vencida muito mais pelo engodo do que pelo choque.*

Essas duas visões de Manobra Estratégica dominaram, soberanas, a inteligência dos estudiosos da matéria até o fim da Segunda Guerra Mundial, quando surgiu a arma atômica. O perigo apocalítico que representou uma guerra nuclear inspirou o General francês André Beaufre a formular uma Estratégia de Contenção. A esta deu o nome de Estratégia de Dissuasão, *Deterrence*, em

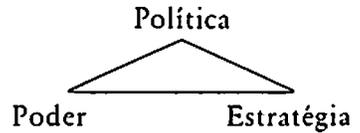
inglês, que pode ser assim conceituada: *evitar o confronto bélico nuclear, apresentando um grau de ameaça de represália nuclear que o possível agressor não esteja disposto a correr o risco de enfrentar. Em outras palavras, oferecer, sem apelo, a certeza da destruição recíproca.*

A Estratégia de Dissuasão Nuclear, adotada por Washington e por Moscou, evitou o confronto bélico, mas provocou a escalada de armas e arsenais nucleares.

Hoje, a Estratégia de Dissuasão passou a ser adotada pelas nações mais fracas, ameaçadas pelo poder dos *grandes* que pretendem, por meio dos organismos internacionais que dominam, impor sua vontade, à revelia da soberania nacional. Defendem-se oferecendo um grau de ameaça de represália militar que o possível agressor não possa ou não esteja disposto a pagar. Assim, a Estratégia da Dissuasão figura como a terceira forma de Ação Estratégica.

Segundo os modernos pensadores políticos, na prática, três valores são inseparáveis: Política, Poder e Estratégia. Constituem um triângulo indis-

solúvel de causa e efeito recíprocos.



Realmente, não se pode ter uma política (conquistar um objetivo) sem se ter poder para investir (poder material, ou psicológico, ou ambos), sem se ter uma estratégia que oriente a aplicação inteligente do poder para a conquista do objetivo da política.

A Estratégia para o Brasil, de que vamos tratar em seguida, será fiel a esse conceito de inter-relação triangular. Analisaremos a nossa Estratégia, fiéis à nossa Política e ao nosso Poder.

UMA ESTRATÉGIA PARA O BRASIL

Vimos que a Estratégia é uma decorrência da Política. Qual, então, o Objetivo Fundamental da Política Brasileira? Na nossa opinião é *vitalizar o potencial humano e geográfico do país, a fim de construir uma das nações mais prósperas e respeitadas do mundo.*

Esse objetivo, extraímos do pensamento geopolítico, histórico e moderno

de nossos mais respeitados historiadores e estadistas.

Já nos albores da Descoberta, em 1578, o historiador português Gabriel Soares de Sousa, de passagem pelo Brasil, deslumbrado pelo impacto da grandeza e riqueza geográfica, assim marcou a sua impressão no livro, *In Tratado Descritivo do Brasil - Proemio*:

Está capaz para se edificar nelle hum grande Império, o qual com pouca despeza destes reynos se fará tão soberano, que será hum dos Estados do Mundo.

Essa linha de pensamento (vislumbrada pelo historiador português do século XVI), de que o Brasil possui as condições geográficas e humanas para vir a se tornar uma das grandes nações do planeta, vem sendo uma constante na mente e na avaliação dos melhores pensadores, no perpassar de nossa História: Pombal, Alexandre Gusmão, José Bonifácio, Rio Branco, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Cassiano Ricardo. Entre os nossos geopolíticos - Mário Travassos, Backheuser, Golbery, Therezinha de Castro - todos reconheceram essa possibilidade de grandeza, ao alcance do Estado brasileiro.

Não se trata de um sonho de patriotas, mas de uma avaliação baseada em valores geográficos e demográficos analisados numa perspectiva científica.

Renomados pensadores políticos estrangeiros também já se manifestaram sobre a nossa possibilidade de grandeza política, entre os quais destacamos Stefan Zweig, Ray Cline, Henry Kissinger.

Não se trata, portanto, de um sonho utópico, repetimos, mas de avaliação baseada na prospecção científica de valores mensuráveis.

Qual a Estratégia para alcançarmos o Objetivo Político Fundamental acima exposto? Qual a Grande Estratégia (como diria Lidell Hart) para chegarmos a ser *hum dos Estados do Mundo*?

Nossa posição geográfica no planeta já traçou as linhas mestras dessa Estratégia. Uma larga fachada oceânica no Atlântico e uma extensíssima fronteira terrestre com dez Estados vizinhos. Nosso espaço geográfico cobre, praticamente, a metade da América do Sul. Somos o quarto país do mundo em extensão territorial contínua. O quinto em população.

Nossa Estratégia, se quisermos ser politicamente grandes, indica-nos a necessidade de explorar e de defender todas as perspectivas favoráveis que nos oferecem a testada marítima e de explorar e defender as potencialidades da imensa massa continental.

Para alcançarmos, em termos expressivos, essas duas

Nossa Estratégia, se quisermos ser politicamente grandes, indica-nos a necessidade de explorar e de defender todas as perspectivas favoráveis que nos oferecem a testada marítima e de explorar e defender as potencialidades da imensa massa continental.

metas estratégicas básicas - a exploração intensiva de nosso potencial marítimo e de nosso potencial continental - é imprescindível termos como prioridade política um eficiente Plano de Desenvolvimento Econômico e Social. Com 2/3 do território praticamente inexplorados, abrigando riquezas potenciais incalculáveis, somente com um Plano de Desenvolvimento Econômico e Social dinâmico e eficiente seremos capazes de transformar essas poten-

cialidades em Poder. Um exemplo para nós são os Estados Unidos. Com território continental de superfície equivalente à nossa, por meio do desenvolvimento de todo o seu espaço geográfico, dele hauriu riquezas para se tornar a maior potência política do mundo atual.

Somente o Desenvolvimento Econômico e Social, incorporando riquezas do solo e formando capital humano capaz de operá-las, nos levará ao encontro de nosso Objetivo Político Fundamental.

Os estadistas e geopolíticos do passado, visando a orientar a nossa Política para esse objetivo, traçaram, como prioridades estratégicas:

- a integração do Território;
- a interiorização dos transportes e das comunicações;
- o povoamento do interior;
- a ampliação e fortalecimento de uma posição marítima no Atlântico Sul;
- o suporte à criação de uma indústria aeronáutica nacional e à expansão do transporte aéreo;
- o atendimento das necessidades de educação, saúde, saneamento e habitação;

- as relações internacionais abertas, com prioridade para o Ocidente cristão democrático, em especial para o pan-americanismo e sem restrições políticas na esfera comercial; e

- defesa das fronteiras marítima, terrestre e aérea e garantia da segurança externa, interna e da ordem pública.

Essas prioridades estratégicas são metas a longo prazo, a serem realizadas por etapas. Considero-as, ainda, inteiramente válidas na perspectiva de hoje; porém, a conjuntura política e tecnológica, internacional e interna, nos aconselha a uma revisão não nas grandes metas estratégicas antes apontadas, mas nos projetos, planos e prioridades delas decorrentes.

Nossos governos, desde a República, produziram numerosa legislação e abundantes projetos, planos e programas de ação, gerais e setoriais, visando a alcançar parte dessas metas estratégicas; mas sua realização, a não ser com raríssimas exceções, tem ficado inacabada ou foi abandonada. Por quê? Vemos duas razões capitais: descontinuidade de vontade política e fraqueza de poder econômico.

Tivemos grandes projetos e programas de desenvolvimento tais como, entre outros, o Plano SALTE, o Plano SUDENE, o Projeto de Integração Nacional (PIN), o Plano de Viação Nacional de 1973, o Plano Pólo-amazônico, todos inacabados, com muitas obras abandonadas.

Somente a continuidade de um robusto Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, executado com vontade política inquebrantável, nos proporcionará os meios anímicos e materiais para prosseguir com êxito na busca das grandes metas estratégicas, visando à conquista, para o Brasil, de um lugar entre as grandes nações do mundo.

Um exemplo bastante convincente do que a Nação pode esperar de um Plano de Desenvolvimento Econômico e Social realizado com vontade política firme e continuidade administrativa durante 20 anos é oferecido pelo saudoso economista Mário Simonsen, em artigo publicado na revista *Exame* (abril de 1997). Revela Simonsen que, em 20 anos de esforço continuado do Plano de Desenvolvimento, de 1964 a 1984, a economia brasilei-

ra deu um salto extraordinário e apresentou os seguintes índices de crescimento: passamos da 48ª para a 8ª economia do mundo; passamos de uma exportação de 1,5 bilhão para 27 bilhões de dólares; conseguimos o crescimento médio de 6,6% ao ano.

Hoje, a promessa mais otimista é a da elevação da taxa de crescimento para 3% ao ano. Perdemos o ritmo a partir de 1985, faltou continuidade administrativa, faltou vontade política, faltou dinheiro.

As grandes metas estratégicas, o ajustamento dos projetos, planos, programas e prioridades mais prementes, estão contidas, em parte, no programa *Avança, Brasil*, de 1998, que tem os projetos a serem realizados em quatro anos. Esse programa, na parte de infra-estrutura, selecionou 12 Eixos de Integração e Desenvolvimento, para serem tratados prioritariamente. O critério na escolha dos eixos foi a integração regional e a interação externa.

Os eixos prioritários escolhidos foram: Eixo saída Norte para o Caribe — rodovia 174; Eixo saída para o Atlântico Norte — hidrovias Madeira-Amazonas; Eixo Araguaia - To-

cantins, ferrovias Norte-Sul e Carajás; Eixo Costeiro do Nordeste; Eixo Rio S. Francisco; Eixo Transnordestino; Eixo Oeste; Eixo Centro-Leste; Eixo S. Paulo; Eixo Costeiro Sul; Eixo Franja Fronteira e Eixo Hidrovia Paraguai-Paraná.

Os Eixos prioritários foram escolhidos segundo os critérios de integração regional e de interação externa, marítima e terrestre. Realizadas essas proposições do programa *Avança, Brasil*, não há dúvida, teremos dado um impulso no rumo da realização de nossas grandes metas estratégicas; mas muito ainda restará por fazer, para alcançarmos o Objetivo Político Fundamental a que almejamos chegar até o fim do primeiro quarto do século que se avizinha.

Vamos destacar, tendo em vista o momento conjuntural que estamos vivendo, alguns projetos merecedores de atenção especial.

Uma meta estratégica que, nos parece, acha-se esboçada nos planos e programas apresentados mas que desejamos explicitá-la. Trata-se da Integração Sul-Americana.

Julgamos que a nossa Política e a nossa Diploma-

cia devem empenhar-se a fundo, neste quarto de século, na busca da integração política e econômica da América do Sul. Parte do caminho já foi percorrido por meio do Pacto Pan-Amazônico, de 1978, e do MERCOSUL. Vemos, como etapas seguintes, a vitalização econômica do Pacto Pan-Amazônico, transformando-o num MERCONORTE e, em seguida, a sua ampliação, abrangendo todos os países deste subcontinente.

Esse esforço diplomático hercúleo integraria as duas grandes vertentes da América do Sul, do Atlântico e do Pacífico, e responderia ao grande apelo integracionista que marca a tendência internacional moderna.

Outro caso conjuntural a exigir um especial cuidado estratégico é a *questão amazônica*. Precisamos desarmar a intensa campanha de propaganda internacional sobre os perigos ambientais resultantes da devastação da hiléia amazônica e de nossa incapacidade para preservá-la. Essa propaganda alimenta o perverso conceito internacionalista de *área do interesse da humanidade*, o que ameaça os nossos direitos

soberanos. A defesa da nossa Amazônia exige uma adequada estratégia que atenda à sua preservação e a uma convincente estratégia de ocupação e de dissuasão militar, capaz de desencorajar tentativas de aventuras grupais ou mesmo políticas estrangeiras.

O Plano de Desenvolvimento Nacional, em plena execução durante a década de 1970, previa e realizou parte substancial de um vigoroso programa energético, destinado a assegurar o nosso crescimento e respeito internacional por meio da utilização soberana

de todas nossas fontes de energia. Pressões internacionais levaram governos posteriores a se comprometerem a renunciar a plenitude do uso da energia nuclear e, também, a aceitar uma exagerada reserva de terras dos índios. Esses dois recuos devem ser corrigidos, se nos quisermos manter fiéis à conquista de nosso Objetivo Político Fundamental.

Concluimos, reafirmando a nossa fé na possibilidade de o Brasil vir a formar entre as grandes nações do mundo, desde que suas elites políticas se mos-

trem capazes de realizar um Plano Estratégico de Desenvolvimento de suas imensas potencialidades geográficas e humanas. Hoje, muito mais do que no passado, a obra de transformação estrutural do território e da educação do povo está extremamente facilitada pelos recursos da engenharia moderna e pelos instrumentos de comunicação e de informação à disposição do homem-operativo. A missão, a grande missão de nos fazer *grandes*, não deve escapar das mãos dessa geração de brasileiros. ☉

“Não corrigir nossas faltas é o mesmo que cometer novos erros.”

Confúcio

“Não se atinge a maturidade de uma Nação sem vencer dificuldades de toda a ordem.”

Marquês de Maricá

“Em todo lugar, lembrar-se da Pátria.”

José Bonifácio